

OS OUTROS NO CORPO SOCIAL URBANO DE SORRISO

Terezinha Ferreira de Almeida¹
Maria Inês Pagliarini Cox²

Resumo: Visa-se neste estudo analisar dizeres que se repetem acerca da divisão do corpo social urbano de Sorriso-MT pela BR163 em lado de “lá” e lado de “cá”, em lado dos nordestinos e lado dos sulistas respectivamente. A partir do senso comum de que Sorriso é uma formação social dividida, busca-se identificar e interpretar, no nível da materialidade linguística, o que remete as formulações nas quais se “ouvem” discursos preconceituosos, excludentes e segregadores a propósito dos *outros* que vivem no lado de “lá” da cidade, recortadas de duas matérias midiáticas regionais, ao interdiscurso ou à memória discursiva, enquanto articulação contraditória de formações discursivas e ideológicas.

Palavras-chave: espaço urbano, discurso, segregação.

THE OTHERS IN THE URBAN SOCIAL BODY OF SORRISO

Abstract: This study aims at analyzing recurrent sayings about the division of urban social body of Sorriso-MT along the BR163 in a “here” side and a “there” side, in a northeastern side and a southern side respectively. Assuming that Sorriso is a divided social formation, one seeks to identify and interpret, in the level of linguistic materiality, what leads the formulations in which prejudiced, excluding and segregating discourses “are heard” about the *others* who live in the “there” side of the city, cut out of two journalistic texts from the regional media, to the interdiscourse or discursive memory, as a contradictory articulation of discursive and ideological formations.

Keywords: urban space, discourse, segregation.

Introdução

Este artigo baseia-se na dissertação *A BR 163 no município de Sorriso: apartheid do corpo social urbano*³. Nele, examinam-se redes de formulações recortadas de duas das quatro matérias midiáticas que compõem o *corpus* analisado na dissertação, tendo em vista a caracterização dos enunciados sobre a divisão de Sorriso-MT pela BR163 em lado de “lá”, lado dos nordestinos, e lado de “cá”, lado dos sulistas. Parte-se do senso comum de que a cidade é uma formação social atravessada por um discurso segregacionista, buscando identificar e interpretar, no nível da materialidade linguística, o que remete as formulações

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso - IFMT - *Campus Sorriso/MT*. terezinha.almeida@srs.ifmt.edu.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso e orientadora de mestrado de Terezinha Ferreira de Almeida. minescox@hotmail.com

³ A dissertação *A BR 163 no município de Sorriso: apartheid do corpo social urbano* foi defendida por Terezinha Ferreira de Almeida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso em fevereiro de 2016. Examinando o imaginário e a memória discursiva da sociedade sorricense, a dissertação teve por objetivo captar os sentidos que recobrem a divisão geográfica da cidade pela BR 163 que, apesar de *ligar* o município com o Sul e o norte do estado e do país, no perímetro urbano atua como um muro que *divide* o corpo social em dois grupos. Não é, pois, como referente físico que a BR 163 interessa a esta pesquisa e sim como referente discursivo. Interposta entre o “lá” e o “cá”, a rodovia funciona como uma metáfora da divisão interna do corpo social de Sorriso, como um símbolo do *apartheid* silencioso que vige entre sulistas e não-sulistas. Ecos da memória discursiva que afasta o “lá” (o lado dos não-sulistas) e o “cá” (o lado dos sulistas) podem ser ouvidos frequentemente em variadas cenas de enunciação.

ao interdiscurso ou à memória discursiva que as constitui. Pretende-se, desse modo, compreender como se (re)produzem, historicamente, os sentidos da *divisão*, *hierarquização*, *discriminação* e *segregação*, e não os sentidos da *complementariedade* e da *igualdade* entre os sulistas e os outros na sociedade sorrisense.

A leitura da rede de formulações será balizada pela Análise do Discurso, desenvolvida na trilha aberta por Michel Pêcheux (1969; 1975), mais precisamente pela noção nuclear de *interdiscurso*, cuja embrião remonta, conforme Maldidier (2003, p. 51), aos primeiros escritos do filósofo francês, na postulação da “hipótese da relação do discurso ao ‘já dito’, ‘já ouvido’”. Porém, é na obra de 1975 que Pêcheux cunhará o termo *interdiscurso* para designar o “todo complexo com dominante das formações discursivas intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, [1975], p. 146). Paralelamente à noção de *interdiscurso*, Pêcheux ([1975] 1988, p. 167) propõe a noção de *intradiscurso*, tido como “o fio de discurso” atribuído a um sujeito. Assim, o *intradiscurso* é o lugar em que a forma-sujeito tende a absorver-esquecer a presença constitutiva do *interdiscurso*: “A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o ‘nonsense’ da produção do sujeito como ‘causa de si’ sob a forma de evidência primeira” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 295).

Alguns teóricos da Análise de Discurso se referem ao *interdiscurso* como *memória discursiva*, entendendo-a como “a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, [1984] 2009, p. 106), ou como “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1971, p. 24), ou ainda como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 1999, p. 31). Pela noção de *memória discursiva*, busca-se realçar a historicidade do sentido e a impossibilidade de um sujeito inventar o próprio verbo. À guisa de explicitação diz Orlandi (1999, p.32): “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa em nossas palavras”

Na companhia de Courtine ([1984] 2009), Orlandi trata das noções de *interdiscurso* e *intradiscurso* em termos de *constituição* e *formulação* respectivamente. O *interdiscurso*, como eixo da *constituição* dos discursos, funciona verticalmente, disponibilizando “todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível” (ORLANDI, 1999, p. 32 e 33). Já o *intradiscurso*, como eixo da *formulação*, funciona horizontalmente, possibilitando a atualização dos dizeres em momentos e condições específicas. É o *interdiscurso* que “governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações” (COURTINE, [1984] 2009, p. 100).

No campo da Análise de Discurso, o homem é visto como um animal simbólico (*homo symbolicum*). Isso significa que, ao interagir com a realidade natural ou social, ele

está fadado a interpretá-la. Ademais, suas interpretações não são livres, mas regidas por ideologias que permeiam e legitimam formações sociais dadas em momentos históricos dados. Conforme Orlandi (1990, p. 36), “O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como *a* interpretação”. Assim, “a ideologia não é dissimulação mas *interpretação* do sentido (em uma direção)”. O *interdiscurso*, como um “complexo com dominante de formações discursivas”, imbricado no “complexo das formações ideológicas”, produzido por/produtor de uma certa sociedade, é que rege as interpretações e os processos de significação. Quer dizer, o sentido não é uma propriedade das palavras isoladas, mas sim do modo como são significadas pelas ideologias e pelos discursos que elas produzem.

Destarte, é subsumindo que a Análise de Discurso é um programa particular de leitura que vê nas formulações a presença de enunciados outros do *interdiscurso*, paradoxalmente excluídos e incluídos no *intradiscurso*, que se procederá à interpretação do *corpus* formado a partir de recortes das duas matérias seguintes selecionadas para este estudo:

Primeira matéria	“Dilceu Rossato condena o preconceito e convida o nordestino a morar em Sorriso” ⁴
Segunda matéria	“É Bem MT conta a história do município de Sorriso” ⁵

Contudo, antes de abrir a seção destinada ao exercício de análise-interpretação das formulações que formam o *corpus* discursivo, julga-se necessário revisitar alguns elementos da história de Sorriso que constituiriam as condições de produção do discurso segregacionista reinante naquela formação social.

1. Sorriso: uma formação social dividida

É na década de 1970 que a história de Sorriso começa a ser escrita, ao menos em sua versão oficial que apaga o que ali havia antes da instalação do processo de colonização. Nesse momento da história brasileira, vigia uma política governamental de integração do país, implantada pelo regime militar, instituído em 1964, que se atribuía, em nome do domínio, segurança e desenvolvimento, a tarefa de povoar os imensos vazios demográficos do território nacional, principalmente a Amazônia, considerada um flanco aberto a investidas estrangeiras. A maior floresta tropical do mundo era vista, segundo a retórica militar, como uma “terra de ninguém”, mas como objeto de desejo de muitos, graças à sua extensão e também à sua biodiversidade ainda completamente inexplorada. É desse período o lema nacionalista “A Amazônia é nossa”. Se o perigo de invasão das nossas fronteiras era real e justificava, de fato, o chamado à nação para colonizar a região amazônica não se sabe, mas

⁴http://www.hojenews.com.br/2012/10/www.hojenews.com.br_6904.html

⁵ <http://gshow.globo.com/TV-Centro-America/E-Bem-MT/noticia/2015/09/e-bem-mt-conta-historia-do-municipio-de-sorriso.html>

sabe-se que essa bandeira deflagrou um descomunal projeto de colonização predatória que, em poucas décadas, tem arrasado aquilo que a natureza demorou cerca de 55 milhões de anos para fazer. Ademais, essa representação do imenso vazio amazônico ignorava totalmente a existência dos povos indígenas que ali viviam há milhares de anos. Era como se eles não existissem e, se existiam, eram considerados um empecilho à abertura de fronteiras agrícolas onde havia floresta virgem. Coletando diretamente da natureza apenas o suficiente para sua sobrevivência, os povos da floresta estavam na contramão do projeto expansionista e desenvolvimentista dos militares.

O apelo dos generais presidentes para a ocupação da Amazônia soava, entre aqueles que viviam no lado mais desenvolvido do Brasil, como o canto da sereia, ainda mais porque vinha acompanhado de uma farta distribuição de benesses a quem estivesse disposto a pôr milhares de alqueires de floresta no chão para dar lugar ao plantio da soja, arroz, algodão e milho, ou à formação de pastagens para a criação extensiva de gado de corte, tudo isso sem a resistência dos ecólogos, praticamente inexistentes à época. Em 1965, foi criada a Operação Amazônia e, em 1968, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que praticava uma política de incentivos fiscais e liberação de créditos para empresas colonizadoras com disposição para se instalar e participar do desenvolvimento da região. Em 1970, foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN), cujo principal objetivo era ligar o norte ao centro-oeste e Sul do país, pondo em prática o princípio ideológico nacionalista “Integrar para não entregar”, tão caro aos militares no poder. Uma das estratégias para promover a integração nacional seria ligar todas as regiões por meio de estradas, uma vez que o acesso a muitas delas, como a Amazônia, por exemplo, era feito, quase que exclusivamente, por transporte aéreo e fluvial. Sem estradas, a política de integração do Brasil seria apenas um devaneio. Por isso, uma das providências dos governos militares foi planejar e construir estradas, dentre elas a BR 163.

A BR 163, em cuja margem Sorriso iria crescer, foi construída nesse período, ligando o Sul ao centro-oeste e norte do Brasil, mais precisamente ligando Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, a Santarém, no Pará. O 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º BEC) se instalou em Cuiabá em 1971, incumbido de abrir o trecho Sul (de Cuiabá a Serra do Cachimbo), na divisa com o Pará, e o 8º BEC, sediado em Santarém, construiria o trecho norte (de Santarém até a Serra do Cachimbo). Foi, pois, nesse contexto de incentivo, por parte dos governos militares, à povoação da Amazônia, mediante construção de estradas, que Sorriso começou a despontar no mapa de Mato Grosso às margens da BR163.

Assim, atraídos pela propaganda governamental e por incentivos fiscais e créditos para a colonização e ocupação da Amazônia Legal, como é conhecida a floresta tropical, vieram muitos sulistas, principalmente gaúchos, trazidos à região nas viagens promovidas pela Colonizadora Sorriso, que administrou o comércio de grande quantidade de terras às margens da BR 163 no médio norte mato-grossense. Desse modo, a “Gleba Sorriso” foi sendo loteada e vendida. Levas e levaras de sulistas foram chegando e formando, com

incentivo da Colonizadora, uma agrovila num dos lados da BR 163. A agrovila cresceu celeremente e foi elevada à categoria de distrito do Município de Nobres em 26 de dezembro de 1980. Em 20 de março de 1982, passou a contar com uma subprefeitura. E, no dia 13 de maio de 1986, Sorriso foi municipalizada, tendo sua área territorial desmembrada de Nobres, Sinop e Diamantino.

Conforme Prestes (2010), a história oficial sobre a formação do município e da cidade de Sorriso exalta o pioneirismo e a bravura dos “gaúchos”, ao adentrarem a região, em condições adversas, e, mesmo assim, transformá-la no celeiro do país. Essa versão heroica, retratada por Dias & Bortoncello (2003), encontra eco nos discursos dos cidadãos sorrisesenses dos mais diversos setores. Vale observar que o termo “gaúcho” é empregado metonimicamente pela população local para designar o migrante sulista em geral e não apenas aquele que efetivamente vem do Rio Grande do Sul.

Há relatos de que os Kayabi viviam na região de Sorriso e, além deles, também havia ‘grileiros’, como mostra a narrativa seguinte, feita por um dos primeiros responsáveis pelas ações da Colonizadora:

Quando nós compramos essa área de Sorriso, era oito mil alqueires. Tinha mais ou menos umas duzentas pessoas aqui em cima, de grileiros. Nós compramos de uma firma do Rio de Janeiro, do Euclides Aranha, que era ministro de Guerra do Governo Castelo Branco. E nós compramos isso só que *limpo*, sem ninguém em cima. Eles deram conta. Vieram ali com a justiça e tiraram todo mundo pra fora. Até fiquei arrepiado! Tinha tanta criança! (DIAS; BORTONCELLO, 2003, p.197).

Essa narrativa sugere que a compra de uma área de oito mil alqueires, onde sabidamente havia mais ou menos duzentas pessoas na condição de grileiros, foi condicionada à limpeza do terreno, ou seja, à expulsão daqueles que lá se encontravam antes do processo de colonização oficial se instalar (“E nós compramos isso *só que limpo*, sem ninguém em cima”). Aos grileiros, que usufruíam da terra sem serem donos dela, estava associada implicitamente a concepção metafórica de ‘sujeira’, daí o emprego do termo “limpo”. Comprar a área “limpa”, quer dizer, sem grileiro em cima, significava não ter de se haver com problemas de qualquer ordem, até mesmo de consciência. Como espectador da retirada dos grileiros ou da “limpeza do terreno” pela ação da “justiça”, neste caso confundida com “ação de policiais” (“Eles deram conta”), o narrador se permite até “ficar arrepiado”, ao observar que havia “tanta criança” entre eles. O mesmo entrevistado, quando questionado sobre possíveis enfrentamentos no processo de ‘limpeza’ da área, responde não ter participado, mas ter se “comovido” com a cena avistada como espectador: “Não, nada, só *dava dó* de ver, era um dia de chuva”. Indagado sobre o destino dos desalojados, ele responde: “Vieram com autorização do Ministro do Exército, com dois ônibus de policiais levavam na beira da rodovia e mandavam embora”. Enfim, nesse momento da história brasileira, a “justiça” era feita com “autorização do Ministro de Exército” e “dois ônibus de policiais” que se encarregavam de “tirar todo mundo pra fora”, “despejar na rodovia”, com a ordem de que “fossem embora”? Que justiça é essa feita sem tribunal, sem juiz, sem defesa, Linguagem, São Carlos, v. 25 (1): 2016.

apenas pela intimidação de um batalhão de policiais? Era o período da ditadura militar. Não se estranha, pois, que práticas repressivas fossem “confundidas” com justiça.

A história oficial silencia, pois, a presença dos índios Kayabi e a de grileiros na região, os primeiros deslocados para a reserva do Xingu e os segundos despejados na beira da BR 163 por uma centena de policiais. Silencia também a presença dos atores coadjuvantes que chegaram nos primeiros tempos da colonização, como pequenos comerciantes, borracheiros, donos de pensão etc., referidos como “nordestinos” e, mais comumente, como “maranhenses”. Afinal, a terra que colonizaram era uma “terra limpa”. Entre os relatos acerca da fundação de Sorriso, não faltam aqueles que enaltecem os feitos daqueles que vieram da região Sul do país, na condição de proprietários de grandes áreas: os Frâncio, os Raiser e os Cappellari, tidos como “pioneiros”. Não se encontra na narrativa de Dias & Bortoncello (2003), ou mesmo em entrevista de algum pioneiro, a identificação de pessoas que tenham vindo, não na condição de proprietários, mas na de mão de obra. Transformar mata em pé em área agricultável é um processo bastante complicado que envolve muitas etapas, do desmate ao plantio da semente e colheita. Esse processo demandava muitos trabalhadores braçais para execução das diversas tarefas. Porém, esses passam quase despercebidos, apesar de sua relevância na formação do município e da cidade. São tratados como sujeitos sem nome, designados por um substantivo comum, como “catadores de raiz”, “peões”, “peonada”, “saqueiro” (DIAS; BORTONCELLO, 2003) e não por um nome próprio. Nomes próprios são reservados aos “pioneiros”, aos ditos “fundadores”.

À medida que Sorriso avulta na mídia nacional como uma “terra prometida” e abundante em oportunidades de emprego, começa a atrair migrantes dos mais diversos estados brasileiros, principalmente do norte e nordeste. Na década de 90, em meio à severa crise econômica que assolava o país e ao fracasso das atividades de garimpagem em Mato Grosso, Sorriso despontava como um oásis para muitos brasileiros desempregados com histórico anterior de migração reiterada em busca de sustento. Sobre isso, é possível constatar, em Prestes (2010, p.168), que ,no período de 1994 a 1996, no interior do estado de Mato Grosso, mais precisamente em Peixoto de Azevedo, reconhecidamente uma área de garimpo, corria a fama de Sorriso, como um lugar que oferecia oportunidades de trabalho e boa remuneração. Então, entravam em cena os migrantes nordestinos e nortistas que haviam migrado para Mato Grosso, mais precisamente, para o município de Peixoto de Azevedo, num momento em que a garimpagem era uma atividade econômica atrativa. Com a precipitação da crise nessa atividade, em razão da desvalorização do ouro e do encarecimento dos insumos para a sua extração, teve início uma nova e maciça corrente migratória, em direção a Sorriso, de paraenses e maranhenses, vindos não diretamente de seus estados de origem, mas de Peixoto de Azevedo.

A chegada desses novos trabalhadores alterou a lógica do planejamento da cidade por assim dizer, visto que Sorriso era um município essencialmente agrícola, cujas famílias,

vindas do Sul, com larga experiência de trabalho com a terra, estavam transformando o ácido solo mato-grossense num imenso canteiro de grãos, a ponto de receber, em 2012, o título de Capital Nacional do Agronegócio. Os novos migrantes que buscavam Sorriso vinham de uma experiência com garimpo, que é uma atividade de exploração, numa lógica bem diferenciada daquela dos primeiros migrantes que é a de cultivo da terra. Havia ainda uma diferenciação crucial na forma de migração praticada por ambos os grupos étnicos observados. Os sulistas são conhecidos como desbravadores e colonizadores que migram para terras com florestas virgens, tornando-as agricultáveis, realizando benfeitorias, a fim de fincar suas raízes, permanecer no local e gerar riquezas. Em síntese, sulistas são vistos como promotores do progresso onde há atraso. Já os nortistas e nordestinos possuem um histórico de migrações constantes em busca de lugares que já possuem boas condições de trabalho para então fixarem residência, até que tenha se esgotado o potencial desse local, como aconteceu com o garimpo de Peixoto de Azevedo, e seja necessário partir novamente à procura de outras frentes de trabalho. Enquanto os migrantes do Sul vieram para Sorriso com o intuito de adquirir uma porção de terras para cultivar, virar fazendeiro e, conseqüentemente, ficar rico, os do norte e nordeste vieram em busca de trabalho nas lavouras já estabelecidas, no comércio e em setores de serviço que não demandassem mão de obra especializada, visando muito mais a sobrevivência cotidiana do que a prosperidade futura.

Foram tantos os maranhenses que se deslocaram dos garimpos de Peixoto para Sorriso que todo migrante não sulista que chegava à cidade era designado pelo adjetivo pátrio “maranhense”, tivesse ele vindo ou não do estado de São Luiz do Maranhão. Assim, como pelo termo “gaúcho” se nomeia todo migrante do Sul, pelo termo “maranhense” se nomeia todo migrante do norte ou nordeste. Em Sorriso, “maranhense” é o que era o “baiano” na região cafeeira de São Paulo. Monbeig (1984), estudando o processo de colonização e formação da cafeicultura no estado de São Paulo, havia observado algo semelhante em relação ao uso dos gentílicos “paulistas” e “bairanos”: “paulistas” designava os grandes cafeicultores mesmo que não fossem *paulistas* e “bairanos”, os trabalhadores braçais dos cafezais, mesmo que não fossem originários da Bahia. Grosso modo, pode-se dizer que Sorriso é uma terra de “gaúchos” e “maranhenses”, que, ao menos no plano simbólico, mantêm uma relação de oposição e não de aliança. Numa terra de “gaúchos”, os “maranhenses” eram/são *os outros*.

Ao chegarem a Sorriso, os “maranhenses” se depararam com inúmeras dificuldades, e uma delas foi a de moradia. Apesar de terem encontrado um município bem estabelecido, diferentemente dos sulistas que tiveram que construí-lo, não puderam desfrutar das boas condições de vida lá existentes. No início da colonização, lotes urbanos eram concedidos gratuitamente aos agricultores que adquiriam terras por intermédio da Colonizadora Sorriso, ou seja, não se vendiam lotes urbanos a terceiros, sem que estes adquirissem terras para plantio. Essa prática era uma forma de a Colonizadora deter o controle da ocupação do

espaço urbano, inicialmente da agrovila, mais tarde da cidade. Assim, quando os “maranhenses” começaram a chegar em massa, as casas disponíveis para locação, bem como pensões, hotéis e similares eram insuficientes para atender a demanda. Sorriso vivenciava forte especulação imobiliária, com aluguéis, em virtude do desequilíbrio entre oferta e demanda, atingindo preços estratosféricos.

Na época em que os “maranhenses” descobriram o caminho de Sorriso, a cidade praticamente não dispunha de bairros periféricos em seu entorno, onde fosse possível, mesmo que sem infraestrutura adequada, os recém-chegados se alojarem. De acordo com relatos de moradores, os bairros periféricos começaram a surgir, a partir da década de 1990, por pressões sociais dos novos migrantes que vinham para se estabelecer na cidade e não nas fazendas. São dessa época os bairros São Domingos e Fraternidade, popularmente conhecidos como “bairros de maranhenses”.

Ao observar o posicionamento do perímetro urbano de Sorriso e a localização dos bairros formados inicialmente, nota-se que a Colonizadora direcionou a cidade para uma das margens da BR 163, ficando a outra margem destinada à construção de silos e armazéns, isto é, a uma espécie de distrito industrial, criado por volta de 1988, onde se fixaram serrarias, indústrias de beneficiamento de *commodities*, lojas de insumos e máquinas agrícolas, dentre outras empresas do setor produtivo. À primeira vista, quem circula pela BR 163 não percebe nenhum indício de que atrás daqueles silos e armazéns gigantesco encontram-se inúmeros bairros residenciais. É lá que reside a maioria dos migrantes *outros* que vieram a Sorriso não com a intenção de se tornar fazendeiros (esses foram agraciados com lotes urbanos na agrovila que veio a se transformar na cidade de Sorriso em 1986), mas com a intenção de arrumar algum trabalho para seguir sobrevivendo.

Não há dados oficiais do surgimento dos bairros residenciais periféricos localizados no lado da BR 163 destinado à área industrial. Porém, de acordo com Prestes (2010, p. 207), as datas aproximadas para a criação dos bairros residenciais nessa área seriam as seguintes: Área Industrial (1988), Fraternidade (1991), São Domingos (1992), Boa Esperança I (1996), São Mateus (1997), Novos Campos (1999), Vila Bela (1999), todos na década de 1990. Quer dizer, os bairros residenciais localizados na área industrial surgiram não na primeira década, mas sim na segunda, coincidindo com a chegada dos “maranhenses”, ocasião em que a prática *espacial urbana* entra em rota de colisão com a *representação do espaço* prevista pelos planejadores e administradores da cidade de Sorriso (LEFEBVRE, 1999).

Observando a cidade de Sorriso e ouvindo seus moradores, Prestes (2010), em sua primeira viagem de pesquisa, percebe haver, além de uma separação física, ocasionada pela BR 163 que corta o espaço urbano em duas partes bem definidas, também uma separação socioeconômica e até mesmo étnica se superpondo à primeira. Conversando com pessoas da cidade, esses dois lados eram designados como o lado dos “gaúchos” e o lado dos “maranhenses”. A separação entre “*maranhenses*” e “*gaúchos*” é uma tópica sempre reiterada no discurso dos moradores de Sorriso. Além da separação étnica, associada à separação

geográfica, as narrativas de uns e outros assinalam traços relativos a atributos físicos, comportamentais e socioeconômicos. Conforme Prestes (2010, p.35-37), normalmente “gaúchos” são significados como *brancos, altos, e ricos* por “maranhenses” que, por sua vez, são significados como *pretos, baixinhos, pobres, beberrões, preguiçosos, desordeiros e promíscuos* por “gaúchos”.

Contemporaneamente, Sorriso, a despeito de todo seu vigor econômico, apresenta as mesmas mazelas sociais de outros tantos municípios do país, com uma distribuição bastante desigual da riqueza, refletida na repartição do espaço urbano pela BR 163. Essa rodovia divide a cidade de Sorriso em duas regiões com características socioeconômicas, culturais, urbanas e demográficas bem distintas, o que faz dela uma espécie de símbolo do *apartheid* e da discriminação prevaiente no corpo social urbano. De um lado da BR 163, o lado de “cá”, habitam os ‘gaúchos’ e, do outro, o lado de “lá”, os maranhenses. Em torno deles se avoluma um discurso segregacionista, metaforizado pela dêixis espacial “lá” e “cá”, funcionando, menos como referentes físicos ligados ao lugar próximo ou distante do enunciador e mais como referentes discursivos: o “lá” (= a periferia, o lugar dos migrantes nordestinos, reduzidos a “maranhenses”) e o “cá” (= o centro da cidade, o lugar dos migrantes colonizadores sulistas, chamados de “gaúchos”) catalisam simbolicamente a divisão social de Sorriso. Ecos da memória discursiva que significa o “lá”, como o lado dos *outros*, e o “cá”, como o lado dos sulistas, podem, pois, ser ouvidos frequentemente em variadas cenas de enunciação nas mais diversas esferas de comunicação da sociedade sorricense. Na seção 2, exercita-se a escuta de tais ecos por entre as formulações recortadas das duas matérias midiáticas escolhidas para este artigo.

2. Os *outros* nas formulações

Vale lembrar que, em Análise de Discurso, os textos não são considerados como unidades de significação fechadas e autônomas, mas sim como instâncias de circulação de sentidos produzidos antes e em outros lugares. Ao analista do discurso interessa principalmente aqueles elementos materiais que, na formulação (F), indiciam a relação do atual com as condições de produção, a memória discursiva ou interdiscurso. Fazer análise de discurso é realizar interpretações sobre interpretações, ou seja, é fazer um contraponto entre as formulações e o interdiscurso, minando a ilusão referencial da transparência da linguagem e a ilusão subjetiva de que o enunciador é a fonte do sentido. Sujeito e sentido se constituem na bacia semântica das formações ideológico-discursivas enredadas no interdiscurso. Assim, quando uma analista de discurso toma um texto, ele se detém exatamente naqueles elementos materiais, aqui nomeados como *expressões* ou *palavras-valise*, que incorporam à formulação traços discursivos, exteriores e anteriores a ela. São justamente os momentos em que a formulação *perde* sua suposta autonomia e unidade de sentido que o analista de discurso persegue em sua leitura.

2.1 Primeira matéria: a tópica do *preconceito* contra nordestinos

A primeira matéria – “Dilceu Rossato condena o preconceito e convida o nordestino a morar em Sorriso” – foi veiculada pelo site HojeNews, em 10 de outubro de 2012, três dias após a votação que elegeu Rossato a prefeito de Sorriso pela segunda vez. Como visto na seção 1, narrativas em circulação na cidade de Sorriso relatam a difícil acomodação de nordestinos (vulgo “maranhenses”) ao chegarem a um território tido como domínio, por excelência, de sulistas. Apesar de mão de obra indispensável ao cultivo da terra e às mais diversas atividades do setor urbano, os nordestinos carregam o estigma de preguiçosos e indesejáveis e têm sua participação na história de construção do município completamente silenciada. Inevitavelmente, as tópicas do preconceito e discriminação em relação ao nordestino compareceram à cena política, sendo exploradas na campanha eleitoral municipal de 2012, como bem sugere a formulação 1 (F1), que figura como título da primeira matéria:

F1: Dilceu Rossato condena *o preconceito* e *convida* o nordestino a morar em Sorriso

Em F1, a presença do artigo definido “o”, antecedendo o substantivo ‘preconceito’, vincula a formulação a uma memória discursiva partilhada pelos sorrissenses em que o preconceito étnico contra os nordestinos emerge como o ‘já-dito’. Há, pois, uma relação entre o que está sendo dito por F1 (a formulação atual) e o que já foi dito antes e em outros lugares (a constituição). Quem escreveu a matéria jornalística, relatando a fala do prefeito, toma o leitor como alguém que também sabe de qual “preconceito” ele está falando. É como se dissesse: “todos já sabem de que preconceito se trata”; “É tão evidente entre nós que se trata de preconceito contra os nordestinos que nem é necessário determinar o alvo do preconceito no título da matéria”. O funcionamento do artigo definido antes do substantivo “preconceito” permite, pois, compreender um postulado da Análise de Discurso, segundo o que as palavras significam pela história (a memória discursiva) e pela língua. Não se está diante de um caso de emprego anafórico do artigo definido, pois ele não retoma um referente que se torna conhecido do leitor por ter sido introduzido anteriormente no texto, afinal se trata do título da matéria. Ele retoma, sim, um saber discursivo anônimo que foi se constituindo historicamente ao longo da colonização e formação de Sorriso. É uma retomada interdiscursiva, uma vez que F1 tira seu sentido do jogo com a memória discursiva e não da língua como sistema e nem do sujeito da enunciação.

Ainda em F1, a presença de outro artigo definido ‘o’, antecedendo o substantivo ‘nordestino’, produz uma generalização. A expressão ‘o nordestino’, empregada no singular, não se refere a um indivíduo particular, mas é extensiva a todos os nordestinos. Posicionando Dilceu Rossato como prefeito recém-eleito, a matéria relata sua declarada contraposição ao divisionismo (de que fora acusado pelos adversários de campanha) e sua postura politicamente correta, pautada pela tolerância à diversidade e recusa do preconceito.

Contudo, o termo “convidar” indicia a presença desse discurso divisionista no fio da formulação. Apenas posicionado como ‘dono da casa’, como aquele que chegou primeiro para colonizar a terra virgem e dela tomou posse, investe-se o prefeito do poder de *convidar* ‘o nordestino’ para morar em Sorriso. Há, portanto, entre quem *convida* (um colonizador sulista ocupando a posição de prefeito) e quem é convidado (um migrante nordestino “sem eira e nem beira”) uma clara hierarquia: um, além de maior autoridade política do município, é posicionado como dono dos meios de produção por ter chegado “primeiro” e outro, como aquele que chegou depois quando já havia uma ordem estabelecida e adentrou sem pedir permissão, mas que agora a tem por meio da ação expressa pelo verbo ‘convidar’, desde que como “mão de obra”, como se verá em F4. É como se a cidade tivesse “donos” e não fosse um espaço público por excelência cujo acesso deveria ser franqueado a todos os cidadãos independentemente de quem chegou antes ou depois e da origem de cada um. Há, pois, na ação de *convidar* uma confusão entre espaço público e espaço privado, mais explicitamente uma derrapagem do sentido de público para o de privado.

Em F2, a seguir, há dois casos de nominalização deverbal, compreendida como processo que designa a formação de um substantivo abstrato a partir de um verbo. Trata-se do substantivo ‘tentativa’, formado a partir do verbo *tentar*, e do substantivo ‘divisão’, formado a partir do verbo *dividir*.

F2: O prefeito eleito Dilceu Rossato condena a *tentativa* de *divisão* entre nordestinos e sulistas adotada por um grupo político durante a campanha eleitoral em Sorriso. [...] disse que refuta toda forma de preconceito racial ou econômico contra cidadãos que vieram do Nordeste, principalmente do Maranhão.

Em F2, ao relatar a fala de Dilceu Rossato, o enunciador transforma um enunciado verbal – “Um grupo político durante a campanha eleitoral em Sorriso *tentou dividir* nordestinos e sulistas” – em um enunciado nominal “a *tentativa* de *divisão* entre nordestinos e sulistas adotada por um grupo político durante a campanha eleitoral em Sorriso”. Conforme Sèriot (1986), a nominalização constitui uma forma particular de pré-construído. Tal como compreendido por Pêcheux ([1975] 1988) e Henry (1975), o pré-construído é um enunciado simples, originário de discursos anteriores ou dado como tal. A forma nominalizada é prenhe de operações de asserção efetuadas ou supostas efetuadas em uma enunciação precedente, quer seja interior ou exterior ao discurso em questão. Ela participa da formulação como um pré-construído e, como tal, não é assumida pelo enunciador, mas se apresenta como um objeto “já-lá”, preexistente ao discurso. Na nominalização, o enunciador não se coloca como sendo o responsável pelo dizer; há uma identificação do sujeito da enunciação ao sujeito universal da formação discursiva, mesmo que seja para demarcar sua dissensão em relação ao que ele lhe dá a pensar-dizer. Nomes originários de nominalização deverbal, como “tentativa” e “divisão”, funcionam como palavras-valise, pois carregam para a superfície linguística a presença do outro, fazendo ecoar a heterogeneidade constitutiva do

enunciado. Por meio da nominalização, F2 porta o discurso divisionista entre sulistas e não-sulistas que é anterior ao momento da campanha eleitoral, mas que ganha um novo impulso na argumentação dos candidatos adversários, a ponto de, no dia seguinte à eleição, o vencedor se explicar publicamente que ele não tem “preconceito racial ou econômico” em relação a nordestinos/maranhenses. E para marcar sua dissensão em relação ao discurso segregacionista, como convém à face pública de quem ocupa o posto de prefeito, e não deixar dúvida quanto à sua relação amistosa para com os nordestinos, apela para o argumento do exemplo. O exemplo, lembrado em F3, é um argumento forte na contraposição à acusação do adversário.

F3: “A maior parte dos funcionários da minha empresa é maranhense”, cita Rossato. “Ontem [segunda-feira 8] cheguei na minha empresa fui recebido pela secretária e as duas mulheres responsáveis pela limpeza. Nos abraçamos e choramos, porque elas ficaram indignadas durante a campanha toda com aquilo que os nossos adversários pregavam a nosso respeito”, contou.

Em F3, o enunciador contesta o argumento de que discrimina os nordestinos, afirmando que *a maioria de seus funcionários é maranhense*, quer dizer, se não gostasse deles não os empregaria. Contudo, ao passar do posto de *prefeito* para o posto de *patrão* de maranhenses, mantém o discurso negado em pleno funcionamento. A relação entre eles continua a ser hierárquica: há os proprietários dos meios de produção (os sulistas) e há a força de trabalho (os maranhenses). Há “a *minha* empresa” e há “os funcionários” (a secretária e as duas mulheres da limpeza, eufemisticamente designadas). No entanto, essa hierarquização é imediatamente amenizada no relato do abraço emocionado entre o prefeito eleito/dono da empresa e as três funcionárias (tudo leva a crer que sejam maranhenses), num gesto exemplar que procurar “desmentir” a acusação de preconceito contra os nordestinos de que fora vítima ao longo da campanha. Também é muito relevante na sua argumentação que a *indignação* diante da acusação de preconceito contra maranhenses tenha sido atribuída às próprias funcionárias maranhenses: “elas ficaram indignadas durante a campanha toda com aquilo que os nossos adversários pregavam a nosso respeito”. “Elas” seriam uma espécie de prova viva de que o que disseram contra seu patrão/prefeito era calúnia, inverdade. O gesto e a palavra *delas* (maranhenses) são dignos de fé porque elas falam com conhecimento de causa, são testemunhas vivas de que prefeito/patrão não é o que os adversários dizem que ele é. Elas são fiadoras da palavra do prefeito.

Em F4, prossegue a contraposição ao discurso divisionista que faz parte da memória discursiva da sociedade de Sorriso e veio a ser explorado, na disputa eleitoral, para rebaixar a imagem do candidato que disputava o mandato pela segunda vez.

F4: Rossato, no entanto, pede que nunca mais numa campanha se tente jogar pessoas de uma região contra outra. “Nós, de Sorriso, estamos de portas abertas para *receber* gente do país inteiro. Essa é uma cidade ordeira e que precisa de mão de obra. Vai faltar gente para trabalhar nesses próximos anos. Nós queremos que toda a gente de bem venha morar em

Sorriso. Não importa a cidade ou o estado de origem. Sorriso é uma terra de oportunidades para todos. E nós queremos cuidar bem do nosso povo”, convida.

Em primeiro lugar, no relato indireto da fala do prefeito, o enunciado introduzido pela negação *nunca mais*: “nunca mais numa campanha se tente jogar pessoas de uma região contra outra”, contém uma afirmação: “nessa campanha se tentou jogar pessoas de uma região contra outra”, dita alhures. O que esse enunciado silencia é que o discurso divisionista é muito anterior à campanha em que foi explorado para rebaixar o candidato Rossato. Ele circulava antes da campanha, provavelmente de uma forma menos ruidosa, e continua a circular e a dividir o corpo social de Sorriso depois dela, afinal, como afirma Foucault (1971, p. 24), o que é próprio dos discursos é que eles “são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer”.

Nas afirmações introduzidas na matéria na forma de discurso direto “Nós, de Sorriso, estamos de portas abertas para receber gente do país inteiro.” e “Nós queremos que toda a gente de bem venha morar em Sorriso.”, o pronome “nós” reveste-se de uma certa ambiguidade. Pode ser lido como um plural de modéstia, usado para amenizar a distância entre a autoridade e o povo que governa, já que o “nós” é inclusivo, refere-se a uma coletividade. Parece ser esse também o efeito de sentido produzido pelo “nós/nosso” em “E nós queremos cuidar bem do nosso povo”.

Porém, também pode ser lido como um “nós” que inclui apenas os colonizadores oriundos do Sul que se estabeleceram primeiro na região e, por isso, se consideram os ‘donos’ da casa. E, como ‘donos’ da casa ‘podem’ ‘abrir as portas’ para receber os ‘hóspedes’, no caso, os nordestinos/maranhenses, que venham na condição de “mão de obra” e “gente para trabalhar”, desde que preencham requisitos como o de ser “gente de bem” e “ordeira”. A afirmação de que Sorriso é uma “cidade ordeira” funciona como uma advertência aos que vem de fora. Eles serão bem-vindos desde que não perturbem essa ordem, como aconteceu no início da migração dos nordestinos que causou desarranjo social.

Não se pode deixar de perceber, em F4, o discurso divisionista em pleno funcionamento, embora seja explicitamente negado pelo enunciador. Nesse discurso, os sulistas são emissários da ordem, da disposição para o trabalho, do progresso e da riqueza; já os nordestinos são associados à desordem, à indolência, ao atraso e à pobreza. Enfim, Sorriso está de portas abertas àqueles migrantes nordestinos dispostos a participar ativamente da cadeia produtiva do município e a se integrar ao *modus vivendi* do colonizador. Quem não vier com vontade de trabalhar tanto quanto os colonizadores, quem não vier com o intento de aproveitar as oportunidades que a terra oferece, quem vier como emissário da violência e da criminalidade, esse não será recebido de braços abertos. Introduce-se assim uma divisão no grupo dos não-sulistas (nordestinos/maranhenses): os que são gente de bem e os que não são gente de bem, polemizando com um dos sentidos correntes em torno de ‘ser nordestinos/maranhenses’ no discurso divisionista (nordestinos/maranhenses = não são gente de bem, são gente desordeira). Quer dizer,

são/serão bem aceitos em Sorriso aqueles nordestinos que fugirem ao estereótipo do *nordestino* e mimetizarem/as aculturarem ao modo de ser dos sulistas. Enfim, na primeira matéria, as formulações indiciam um diálogo constitutivo com o discurso segregacionista que vige na formação social sorrisense, ainda que sob a forma da negação.

2. 2 Segunda matéria: a tópica da imagem e semelhança com o Sul

A segunda matéria – “É Bem MT conta a história do município de Sorriso” – trata-se de uma reportagem veiculada pelo programa de televisão ‘É bem Mato Grosso’, um programa semanal que vai ao ar aos sábados pela TV Centro-América. Trata-se de um programa que, como o próprio nome sugere, tem por objetivo divulgar as expressões culturais e artísticas mato-grossenses, bem como dar a conhecer recursos e belezas naturais do estado que já vem sendo exploradas ou podem vir a ser exploradas pelo turismo. No ano de 2015, uma série de programas foi dedicada à apresentação das potencialidades de municípios mato-grossenses. E, na edição do dia 29 de agosto de 2015, Sorriso foi o tema do programa que incluiu reportagens com artistas locais, moradores da cidade tidos como “pioneiros” provenientes da região Sul, bem como descendentes destes e uma única moradora de origem nordestina. Mesclando depoimentos, fotos, apresentação cultural, leitura de cartas pessoais escritas a parentes no princípio da colonização, o programa relembra a fundação do município, as dificuldades encontradas, a motivação e persistência dos pioneiros que souberam driblar as agruras dos primeiros anos e puderam colher os frutos do progresso do município.

Nos primeiros minutos do programa, uma das pessoas entrevistadas lê partes de uma carta escrita, em 1985, a parentes do Sul, noticiando a chegada de uma caravana vinda da cidade de Sarandi-RS, em 26 de maio daquele ano, para a inauguração do Centro de Tradições Gaúchas (CTG). No trecho lido, a autora da carta descreve a maneira como se vestiam os visitantes: os homens, tais os gaúchos tradicionais, vestem bombacha, e as mulheres, à maneira das prendas, usam vestidos longos rodados e de mangas, ou saias longas rodadas e blusas de mangas compridas e sem decotes. Enquanto lê trechos da carta, o vídeo mostra casais ‘pilchados’ dançando ritmos típicos do Sul. Logo após a leitura dessa carta, os repórteres entrevistam um casal de migrantes sulistas que se apresentam no vídeo também ‘pilchados’ e dizem o seguinte:

F5: Na verdade a gente *fez* de Sorriso uma extensão do Sul.
Pra nós hoje o CTG é a segunda casa.

Em F5, os enunciadores assumem a posição de colonizadores sulistas (gaúchos) que não só fizeram Sorriso, mas que o fizeram à sua imagem e semelhança. Fazer do lugar para onde se migra “uma extensão” do lugar de origem é próprio da colonização, uma vez que colonização envolve domínio não apenas material da terra e natureza bruta, mas também cultural do outro. Vale lembrar o processo de silenciamento do outro não-sulista nas narrativas oficiais sobre a fundação de Sorriso, como se observou na seção 1. É como se o *Linguasagem*, São Carlos, v. 25 (1): 2016.

outro não existisse. Estabelece-se uma hegemonia que anula o outro e enfraquece a possibilidade de formação de uma cultura híbrida. O lugar de chegada acaba ficando com a “cara” do lugar de saída. Tal como ocorreu na colonização do Brasil pelos portugueses, quando o capital simbólico do Ocidente foi imposto aos povos indígenas subjugados, na colonização de Sorriso e outras cidades do norte de Mato Grosso, o capital simbólico do gaúcho se impôs aos grupos sociais em formação.

Na cidade que é “uma extensão do Sul”, não pode faltar o CTG, considerado “a segunda casa” dos gaúchos. O CTG funciona como um núcleo de resistência que permite aos “gaúchos” mato-grossenses se conectarem às origens, apesar da distância geográfica que os separa da região Sul. Nele, são cultivados os valores morais e tradições sulistas caros à família gaúcha, a fim de que sejam aprendidos pelas novas gerações. Apesar de muitos filhos e netos dos primeiros colonizadores sulistas terem nascido em solo mato-grossense, estes continuam a se considerar gaúchos. Há um ditado que diz o seguinte: “gato que nasce no forno não é biscoito”. Considerando o caso em questão, é possível traduzi-lo como: “gaúcho que nasce em Sorriso não deixa de ser gaúcho”, uma vez gerado por pais gaúchos e criado de acordo com os princípios da família gaúcha. Dizer que o CTG é uma “segunda casa” não é uma figura de retórica, pois a filosofia da entidade é que ela seja mesmo um espaço para todas as gerações da família gaúcha e não um clube frequentado apenas por jovens. Assim, é como sujeitos interpelados pela ideologia da colonização que o enunciador coletivo, que se designa com “a gente” e “nós”, diz: “*a gente* fez de Sorriso uma extensão do Sul” e “Pra *nós* hoje o CTG é a segunda casa”. Trata-se de uma primeira pessoa do plural que inclui todos aqueles que vieram para Sorriso na condição de colonizadores e trouxeram para Mato Grosso o modo de vida tradicional do Sul. As formas “a gente” e “nós” designam, pois, os reconhecidos como *os iguais* na empresa da colonização. Certamente, é o lado de “cá” de Sorriso que é uma extensão do Sul e não o lado de “lá”. O lado de “lá”, segundo uma entrevistada ouvida por Almeida (2013)⁶, não guarda semelhança alguma com o Sul, como se pode observar em F6:

F6: O povo desse lado *ali* é o povo mais *nordestino*. A maioria é *nordestino*. É incrível de ver, quando eu passo *ali*, nem parece que a gente tá em Sorriso.

No avesso de F6, flui o discurso reafirmado em F5 de que os pioneiros fizeram Sorriso nos moldes de cidades do Sul, ou seja, fizeram dela “uma extensão do Sul”, trouxeram o Sul para Mato Grosso. Por isso, tudo o que não se encaixe nesse molde lhes soa estranho. Quando a entrevistada relata que, ao passar do lado de “lá”, habitado pelo “povo mais nordestino”, tem a impressão de não estar em Sorriso, ela traz à tona a memória discursiva de que o que caracteriza Sorriso como cidade é ter a “cara” e “alma” do Sul. Assim,

⁶ A formulação 6 (F6) foi extraída da tese *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no meio-norte mato-grossense*, defendida por Luciana Schleder Almeida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2013. A tese teve como objeto de estudo as formas de sociabilidade entre produtores agrícolas.

assumido a posição-sujeito sulista, a entrevistada não reconhece e desconfia de toda forma de vida que não reitere o modelo transplantado do Sul para o lado de “cá” de Sorriso pelos colonizadores. Ao dizer “quando eu passo *ali*, nem parece que a gente tá em Sorriso”, a enunciadora significa o estar em Sorriso como parecer estar em uma cidade do Sul, e o que difere disso torna-se estranho e inaceitável. O lado de “cá” é Sorriso; o lado de “lá” *não é* Sorriso. Quem diz que “o povo de lá é *mais nordestino*” diz também, ainda que silenciosamente, que “o povo de cá é *menos nordestino* e *mais gaúcho*.”, afinal a forma “mais” estabelece uma comparação entre dois elementos, no caso, *nordestinos* e *gaúchos*. Trata-se, pois, de um funcionamento discursivo dos dêiticos “cá” e “lá”: o “cá” e o “lá” não são apenas signos indiciais definidos por coordenadas espaciais a partir do ponto onde se situa o enunciador no momento em que fala, mas são também signos ideológicos que carregam sentidos urdidos ao longo da história de colonização do município e formação da cidade de Sorriso.

A segunda matéria, após várias inserções de trechos de entrevistas com migrantes sulistas, “dá voz” a uma entrevistada nordestina, como se pode observar em F7. Trata-se da única participante da edição a falar da migração nordestina no município. Apesar da tentativa de apagar o discurso de discriminação que há em relação ao nordestino, sobretudo ao maranhense, o discurso de que os maranhenses são os hóspedes, muitas vezes indesejáveis, continua presente.

F7: Repórter: Sorriso *também* é recanto para os nordestinos.

Entrevistada: Maravilhoso morar em Sorriso. É uma alegria. O pessoal *recebe* a gente bem, que os nordestinos são bastante trabalhador, bastante, né. E a gente já vem pra cá pensando no trabalho, melhorar de vida, dar um sustento melhor pra família da gente.

Em F7, a edição do programa dedicado a Sorriso inclui os nordestinos na história do município, não como agentes na construção da cidade, mas como aqueles que encontraram nela um espaço aprazível para viver. Ao dizer ‘Sorriso *também* é recanto para nordestinos’, o repórter subsume que a cidade é um *território* gaúcho, e que, nesse território, há um “recanto”, quer dizer, um *cantinho* para migrantes nordestinos. Apesar de incluir os nordestinos, a formulação do repórter mantém inalterada a hierarquia no domínio territorial, entre quem se apropria praticamente de todo o território e quem se apropria de uma ínfima parte dele, ou seja, de um “recanto”.

Ao assumir o turno de fala, a entrevistada nordestina relata sua alegria e seu entusiasmo em morar em Sorriso, referindo-se às oportunidades que a cidade oferece aos recém-chegados que buscam trabalho e qualidade de vida para a família. Contudo, ao chegar depois e encontrar a cidade pronta, em franco desenvolvimento, o migrante nordestino não desfruta do *status* de “colonizador”; ele vem como mão de obra para as atividades econômicas desenvolvidas no município, sobretudo as que não demandam especialização. A enunciadora é bastante enfática ao predicar o nordestino que vive em Sorriso como “trabalhador”.

Na declaração ‘o pessoal recebe a gente bem’, há uma tentativa de neutralizar o discurso de discriminação que vigora no corpo social urbano. Apesar de as relações sociais serem ditas amistosas, a hierarquização entre o migrante Sulista (o pessoal) e o migrante nordestino (a gente) reaparece na lexia “receber”, pois quem recebe é o ‘dono da casa’ e quem é recebido é o ‘hóspede’. E o hóspede só é bem recebido pelo anfitrião e convidado a ficar na cidade se corresponder à lógica de produção da cidade, caso contrário não encontra espaço nela, torna-se indesejável, um *hostis*⁷, uma persona não grata à família sorrisense.

Enfim, para que o hóspede caiba no espaço urbano de Sorriso, ele precisa ser o que o anfitrião quer que ele seja: trabalhador e ordeiro. O que a enunciadora de F7 diz sobre morar em Sorriso, ela o faz mediante sujeição ao que o discurso da colonização lhe dá a pensar/dizer. Assim, a lexia “receber” (F7) é análoga à lexia “convidar” (F1) na semântica do discurso divisionista, ambas produzem o mesmo efeito de sentido. “Convidar” e “receber” são gestos próprios de quem se coloca numa posição hierarquicamente superior. É porque não se sente um igual, um *socius*, que o nordestino diz *ser bem recebido pelo pessoal*, quer dizer, ser bem recebido pelos gaúchos. Se se sentisse um igual no direito de habitar o espaço urbano de Sorriso – um espaço público – o nordestino provavelmente não diria algo como “O pessoal recebe a gente bem”.

Considerações finais

A leitura das formulações recortadas das duas matérias midiáticas, concentrada na interpretação de determinadas expressões ou palavras-valise (o artigo definido, a locução ‘tentativa de divisão’ formada pelo processo de nominalização deverbal, as lexias ‘convidar’ e ‘receber’, o termo comparativo de superioridade ‘mais’) mostra o quanto nelas intervêm a memória discursiva que circula no corpo social urbano de Sorriso, dividindo-o entre migrantes sulistas-pioneiros-colonizadores-donos-da-casa e migrantes não-sulistas-nordestinos-maranhenses-mão-de-obra-inquilinos-da-casa. Como se trata de fala pública que envolve a exposição máxima da face, a divisão, o preconceito e a discriminação em relação ao outro são negados pelos enunciadores sulistas e até mesmo pela enunciadora nordestina, cuja fala especular reflete a posição do sujeito colonizador.

Esse discurso de separação do corpo social urbano de Sorriso é uma das formas de existência prática da ideologia da colonização que se implantou naquela formação social desde que os migrantes do Sul aportaram na região do médio norte mato-grossense, na década de 1970, movidos pelo propósito de expandir a fronteira agrícola e povoar uma parte do território brasileiro, tido pelo regime militar, como um imenso vazio populacional suscetível a investidas estrangeiras e, por consequência, uma ameaça à soberania nacional.

Em sua obra *Dialética da Colonização*, Bosi (1992, p. 12), escarafunchando a etimologia da palavra “colonização”, define-a como “o deslocamento que os agentes sociais

⁷ A distinção entre *hostis* (inimigos) e *socius* (nossos amigos) foi proposta por Orlandi (2004, p. 84)

fazem de seu mundo (onde vivem como *íncola*) para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio (onde se tornarão *colonos*)". Em princípio, o *colono* não é *dono* da terra, é apenas aquele que a *trabalha*. Todavia, o autor afirma que "a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se" (BOSI, 1992, p. 12) concomitantemente com o processo de colonização. Imbuídos do papel de conquistadores/desbravadores que arriscaram a vida e se sacrificaram na empresa da colonização, os pioneiros se instalam numa posição hierarquicamente superior em relação aos que chegam depois, quando tudo já está funcionando. Sobre isso afirma Bosi (1992):

[...] a dominação é inerente às diversas formas de *colonizar* e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. (BOSI, 1992, p. 12)

Aqueles que migraram do Sul para a Gleba Sorriso, na década de 1970, vieram, na condição de colonizadores, não apenas para *morar* e *cultivar* a terra, mas também para *mandar/dominar*, afinal a produtividade econômica nos moldes capitalistas demanda o domínio do homem sobre a natureza e sobre os outros homens. Domínio econômico (domínio dos meios de produção) e domínio político são duas faces de uma mesma moeda. Aqueles que chegaram depois à região, e não como colonizadores, estavam predestinados a ocupar o lugar de *inquilinos* incômodos; esses seriam os outros, enfim, os não-sulistas. Como afirma Bosi (1992, p. 62), "o olho do colonizador não perdoou, ou mal tolerou, a constituição do diferente e sua sobrevivência. [...] Sempre uma cultura vale-se de sua posição dominante para julgar a cultura do outro".

Assim, a "sorrisidade", ao invés do resultado de trocas e misturas marronzantes entre sulistas e nordestinos, permanece capturada pela ideologia da colonização que, ao longo dos mais de dois mil anos do processo de ocidentalização do mundo, não cessa de expandir a supremacia do homem branco sobre os *outros*, não cessa de se configurar como uma expansão da branquitude. Espera-se que este estudo, desnaturalizando os sentidos da colonização sobre os *outros* que habitam o lado de "lá" de Sorriso, apartados pela BR163 dos que habitam o lado de "cá", possa ser ao menos uma primeira gota de tinta a marronzar a sorrisidade castiça. Afinal, como afirma Bosi (1992, p. 17), "a crítica do senso comum e a consciência da historicidade da própria visão de mundo são pré-requisitos de uma nova ordem cultural".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Schleder. **Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-norte Matogrossense**. 2013, 205p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

- ALMEIDA, Terezinha Ferreira de. **A BR 163 no município de Sorriso: *apartheid* do corpo social urbano**, 2016, 149p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem). Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2016.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFSCAR, 2009.
- DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional**. Campinas: Pontes, 1996.
- DIAS, Elisia Aparecida; BORTONCELLO, Odila. **Resgate histórico do município de Sorriso**. Portal da agricultura no cerrado mato-grossense. Cuiabá: Print Express, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: NRF, Gallimard, 1971.
- HENRY, Paul. *Constructions relatives et articulations discursives* », **Langages**, N° 37, p. 81-98, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, [1970] 1999.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso - (Re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.
- MONBEING, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec e Polis, 1984.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2012.
- **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2008.
- **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- *Paráfrase e Polissemia. A fluidez nos Limites do Simbólico*. **RUA**, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Campinas, n.º 4, março de 1998.
- **Terra à vista**. São Paulo: Cortez/Campinas: EdUNICAMP, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. In: ACHARD, Pierre *et al* **.Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-56.
- *Análise Automática do Discurso*. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, (1969)1993.
- **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1988.
- PRESTES, Claudia Alvarenga. **Os trabalhadores e a formação de uma cidade do Mato Grosso: família, vizinhança e compadrio em Sorriso**. 2010, 219p. Dissertação (Pós-graduação em Sociologia e Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- SERIOT, Patrick. *Lingue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations*. **Langages**. Analyse de discours, nouveaux parcours [Hommage à Michel Pêcheux], 21^eannée, N°81, p. 11-41 1986.

Recebido em: 18/02/2016. Aceito em: 16/05/2016.